

Gestão Pública

A Pós-Graduação em Gestão Pública da PUCPR prepara o profissional para atuar com planejamento, auditoria e controladoria de instituições públicas, além de desenvolver competências gerenciais para incrementar a governança nessas organizações.

Também capacita pessoas que atuam no setor privado, mas têm interface com o setor público, a compreender as dinâmicas e saber atuar da forma mais adequada junto a esses parceiros.

Por que fazer Gestão Pública na PUCPR?

A especialização em Gestão Pública da PUCPR alia a teoria e prática em uma metodologia ativa de conhecimento, com base na solução de problemas, na interdisciplinaridade e na interconexão de temas.

Dessa forma, o profissional se capacita para lidar com a segurança necessária para enfrentar os desafios reais da Gestão Pública, com visão organizacional, estratégica e de atividades do Poder Público.

Além disso, o estudante atuará com a expertise desejada tanto na esfera privada quanto na pública, e até em organizações que atuam em parceria com o setor público, destacando-se no mercado de trabalho.

A pós-graduação lato sensu on-line da PUCPR é uma formação a distância, cujo foco é contribuir para o protagonismo do estudante na construção do conhecimento. Composta por 15 disciplinas de 24 horas cada (14 disciplinas técnicas e mais a disciplina de Ética), a metodologia atende diferentes formas de aprendizagem, sempre com suporte on-line do professor responsável pelo conteúdo, de um tutor especializado e da universidade (polo de Curitiba) em eventos presenciais.

Cada disciplina fica disponível na Sala Virtual por 3 semanas, durante as quais são realizadas atividades de avaliação semanal, equivalentes a aproximadamente 33% da nota total da disciplina. Essas atividades variam de acordo com o método mais adequado para cada disciplina e podem abranger dicas de leitura e de vídeos, questionários, estudos de caso e fóruns de discussão, exercícios de fixação, entre outros.

Na Sala Virtual você encontra:

- a) Plano de ensino da disciplina: conteúdo; atividades formativas e somativas e o cronograma;
- b) Acesso à biblioteca virtual;
- c) Gravações dos professores (vídeos de 2 a 15 minutos);
- d) Comentários do professor;
- e) Fórum de dúvidas da semana com o professor.

Recomenda-se que o aluno dedique de 8 a 10 horas por semana para melhor aproveitamento do curso.

Após a realização e aprovação das 15 disciplinas o estudante recebe o certificado de pós-graduado lato sensu. Pública-Alvo A Pós-Graduação de Gestão Pública é destinada a profissionais da área pública, consultores, auditores, controllers e contadores que tenham interesse em atuar na área governamental. É voltada, também, a pessoas que atuam no setor privado cujo trabalho tem interface com o setor público.

Mercado de atuação

O egresso da pós-graduação de Gestão Pública formado pela PUCPR, terá uma visão ampla do gerenciamento neste setor, com conhecimento sobre políticas públicas, planejamento e políticas econômicas, direito público, orçamento e finanças, além de auditoria, governança, controladoria, e gestão tributária e de recursos públicos.

PROFESSORES INSPIRADORES:

http://lattes.cnpq.br/9719648910128847	Paulo Sérgio Miguel	Auditoria no setor público
http://lattes.cnpq.br/0104818848520223	Rosane Bonessi Dias	Gestão de Pessoas na Gestão Pública
https://lattes.cnpq.br/1697357909222321	Tomaz Lucas Santos Leal	Orçamento e finanças públicas
http://lattes.cnpq.br/4395885818914861	Rosana Aparecida . Kanufre	Planejamento e políticas econômicas
http://lattes.cnpq.br/0638753019968577	Ariane Hinça Schneider	Gestão tributária e de recursos públicos
http://lattes.cnpq.br/0104818848520223	Rosane Bonessi Dias	Planejamento na Gestão Pública
http://lattes.cnpq.br/0518124193479895	Ana Paula G.Bertolin de Luca	Controle da Administração Pública
http://lattes.cnpq.br/6985709953964691	Hed Anderson Freitas de Vargas	Políticas Públicas
http://lattes.cnpq.br/8414601004127479	Alexandre Arns Steiner	Compliance na Gestão Pública
http://lattes.cnpq.br/9711962744007412	Célia Regina Dias Von Linsingen	Economia Digital
http://lattes.cnpq.br/2165532072867309	Rodolpho Zannin Feijó	Cidades Inteligentes
http://lattes.cnpq.br/0975990352812190	Schirlei Mari Freder	Governança na Gestão Pública
http://lattes.cnpq.br/6985709953964691	Hed Anderson Freitas de Vargas	Direito Público
http://lattes.cnpq.br/2395987810917942	Marcelo Cichacz	Controladoria pública

Campus:

Curitiba

Periodicidade:

Semanal

Modalidade:

EAD

Mensalidade:

R\$ 298.00

Formato:

EAD

Inscricao:

Clique aqui

Duracao:

11 meses

Disciplinas

Ética

Ementa

Identificação dos pressupostos éticos e morais e dos principais paradigmas éticos, bem como os desafios e os problemas da sociedade contemporânea e sua relação com a prática profissional.

Objetivo

Refletir sobre as causas e consequências da chamada “crise ética” no mundo contemporâneo. Analisar a problematização em torno dos termos ética e moral.

Apresentar os principais modelos éticos.

Refletir sobre as questões ligadas a coerção e a consciência moral.

Compreender os desafios da responsabilidade social e ambiental como um problema ético.

Refletir sobre os principais desafios éticos das instituições e dos profissionais que nelas atuam.

Conteúdo

O que falamos quando falamos de Ética?

Moralidade Líquida: que lições tirar do Anel de Giges?

Ética da Virtude: qual é a vida que vale a pena?

Ética do Dever: em que casos é possível mentir?

Ética Utilitária: quem você salvaria em um incêndio?

Ética da Responsabilidade: a humanidade ainda continuará existindo?

Políticas Públicas

Esta disciplina está centrada em refletir acerca do processo sócio-histórico das políticas públicas, para tanto busca-se a compreensão de narrativas acerca do Estado e da Sociedade.

Nesta ótica é fundamental conhecer as funções que o Estado tem autonomia e obrigação em desenvolver. Quais os objetivos de um Governo ao conduzir este Estado, perpassando pela nova característica de gestão pública.

A sociedade civil conquista no decorrer da história diversas políticas públicas as quais cabe ao Estado implementar. Na guisa de tais considerações, torna-se oportuno refletir sobre o papel das políticas públicas, suas demandas, seus ciclos no novo cenário social, político e econômico no Brasil.

Governança na Gestão Pública

Esta disciplina apresenta o conceito de Governança Estratégica, descreve as principais funções e princípios da Gestão Pública, estimula a reflexão sobre a aplicação de medidas corretivas no âmbito do processo de governança, identificando os mecanismos, componentes e práticas adotadas pela mesma. Além disto, dá ênfase ao estudo da Governança e Governabilidade, buscando compreender como atuam os mecanismos de acompanhamento, com atenção especial sobre a análise de resultados e alinhamento de interesses dos stakeholders públicos e privados envolvidos no processo.

Direito Público

A disciplina propiciará conhecimentos básicos sobre a distinção do Direito Público com o Direito Privado, instrumentalizando o estudo do primeiro. Serão analisados os fundamentos do Direito Público e suas instituições. Serão estabelecidas relações entre a atual conjuntura econômica global e o papel do Estado. Por fim, serão analisados os fundamentos do direito tributário e algumas questões atuais.

Controladoria pública

Na disciplina Controladoria Pública procura-se primeiramente entender o surgimento da Controladoria no setor público, atual CGU (Controladoria Geral da União) e demais órgãos fiscalizadores. Na sequência, estudaremos as responsabilidades de atuação que a controladoria tem nos órgãos públicos e o perfil do profissional da área. Também vamos buscar compreender a importância de análise de custos x benefícios e sua ligação com a economicidade, conceito esse, que será aprofundado. A gestão nos negócios públicos e privados também serão foco de estudo, principalmente os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade e sua aplicação prática. Vamos procurar entender ainda a missão da organização, sua estratégia e aplicação no dia a dia, utilizando a ferramenta de gestão BSC (Balanced Scorecard), que traduz a estratégia na ação por meio de indicadores financeiros e não financeiros.

Auditoria no setor público

A disciplina de Auditoria no Setor Público propõe ao estudante um pensamento sistêmico e crítico, possibilitando com que o mesmo possa validar informações financeiras e não financeiras. Nos módulos o estudante identifica as principais características do profissional seja para trabalhos internos ou independentes, avalia os riscos e planejamento para os trabalhos de revisão de processos e orientá-lo a um modelo para alto desempenho, tais como: organização, liderança, postura crítica, visão sistêmica, suas responsabilidades, sigilo e zelo, independência e entre outras. Uma vez entendido o perfil do profissional e suas responsabilidades, o foco será o de entender melhor como funciona um processo de auditoria no setor público, com o alinhamento aos controles e procedimentos internos, o estudante estará preparado para detectar erros e fraudes dentro de um processo de controles e procedimentos internos, auditar processos de negócios de receitas, de aquisições e de despesas. Ao final do módulo, o estudante, será capaz de avaliar todo processo de auditoria, bem como, organizar um planejamento, executá-lo e reportar por meio de relatório "long form", os resultados alcançados, posicionamento e estratégias para um melhor desempenho da área avaliada.

Gestão de Pessoas na Gestão Pública

A gestão de pessoas no setor público deve ser considerada uma maneira estratégica de administrar serviços voltados à sociedade. Isso porque o trabalho dos servidores tem reflexo e impacto direto na entrega dos serviços prestados. Apesar de existir ainda no ambiente público modelos de trabalho mais engessados, há mudanças que vão ao encontro de uma cultura organizacional mais flexível e moderna. Trabalhar com a gestão de pessoas no setor público ajuda a profissionalizar a organização e o atendimento à sociedade. Permite criar padrões de trabalho, orientar atividades e evitar improvisações tanto para o gestor quanto para os funcionários. Considerando as novas demandas da sociedade, é necessário considerar a aplicação de novas práticas gestoras orientadas e específicas para cada área de atendimento. A sociedade sempre espera por uma assistência mais qualificada, por serviços efetivos e por nível de resposta que eleve a competência do setor público. As relações sociais se tornaram mais complexas nos últimos anos, e a inserção da tecnologia da informação e seus processos de digitalização ampliou as perspectivas de atendimento presencial e remoto. Considerando a administração do capital humano no setor público, o gestor de cada área passou a ser mais cobrado a ter mais percepção a respeito de seus liderados, a desenvolver novas ideias e aplicar melhorias sempre que necessário. É perceptível que quanto maior o nível de qualidade da gestão de pessoas no serviço público, maior será a efetividade da prestação dos serviços, focando no interesse público de forma indispensável. Saber gerir tem também um papel muito importante, a promoção do desenvolvimento intelectual, emocional e compartilhamento de ideias através de reuniões e treinamento. O hábito orientado de reunir, analisar e compartilhar informações ajuda nos

processos de tomada de decisão e de desenvolvimento de melhores linhas de atendimento à sociedade como um todo. O processo de gestão de pessoas ajuda também a humanizar o servidor e as relações de trabalho no segmento público. É um processo que exige perceber o servidor como um profissional consciente e responsável pela atenção às demandas da sociedade e um profissional importante para o funcionamento da máquina pública. Considerando os principais objetivos dessa modalidade de gestão, temos passos primordiais como motivar a equipe, investir na capacitação dos profissionais, treinar, melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, melhorar o gerenciamento de tarefas, investir em mudanças oportunas e desenvolver novos processos de organização. Outros fatores também são importantes como a implementação de comunicação interna mais eficiente e, principalmente, promover a ética na equipe. A gestão de equipes é semelhante no setor privado e público, mas requer adaptações para cada setor e instituição vinculada.

Orçamento e finanças públicas

A disciplina aborda aspectos gerais de orçamento, especificamente orçamento público e seu planejamento. Apresenta, detalhadamente, todos os instrumentos de planejamento que compõem o orçamento público: Plano Plurianual de Ação; Lei das Diretrizes Orçamentárias; e Lei Anual do Orçamento. Além disso, apresenta os princípios orçamentários que devem ser observados durante a elaboração do orçamento público. Ainda, apresenta o ciclo orçamentário, que é a sequência de fases do processo orçamentário. Dentro do orçamento público, versa sobre as receitas e despesas públicas, seus estágios e classificações. E por fim, trata da Lei de Responsabilidade Fiscal que é um código de conduta para todos os administradores públicos.

Planejamento e políticas econômicas

O planejamento econômico tem sido o alicerce para alcançar objetivos do desenvolvimento econômico e social nos países. No centro desse planejamento está a coordenação das políticas econômicas, sejam elas de ordem fiscal, monetária, cambial ou de rendas. Identificar e compreender os objetivos do planejamento e da política econômica contribui para a determinação de quais instrumentos de política econômica serão empregados para alcançar os objetivos econômicos propostos.

Um dos pontos que merecem destaque está relacionado à compreensão do orçamento público, elaborado conforme os objetivos que o governo pretende alcançar no processo de desenvolvimento do país.

O enfoque disciplina Planejamento e Políticas Econômicas é abordar o papel do planejamento para atingir determinados objetivos, alcançando resultados positivos no campo econômico, como redução do desemprego, crescimento econômico e controle da inflação. Assim destaca-se a importância da elaboração do planejamento econômico viabilizando condições econômicas e sociais que promovam desenvolvimento econômico do país.

Gestão tributária e de recursos públicos

A disciplina inicia com a apresentação da Constituição de 1988, focando os princípios e direitos fundamentais, a serem garantidos pelos gestores que atuam na governança estratégica. Em seguida, aborda conceitos e classificações de tributos da estrutura do Sistema Tributário Nacional e a origem dos recursos, em suas diferentes áreas, que cercam as políticas públicas do país. Após, analisa o papel, as atribuições e a importância do Tribunal de Contas da União para a democratização do uso dos recursos públicos, por meio de processos de fiscalização dos gastos. Também analisa as diferentes competências tributárias e suas aplicações e, por fim, apresenta os objetivos da fiscalização tributária, relacionando-a com a administração pública.

Planejamento na Gestão Pública

O planejamento na gestão pública possibilita que o gerenciamento das ações seja feito de acordo com as demandas da população. O Planejamento na Gestão Pública consiste na elaboração de uma série de ações que devem ser

realizadas durante determinado prazo. Para criá-lo, é necessário fazer um diagnóstico da conjuntura atual do ente público. Aprimorar os serviços prestados pelo setor público envolve o planejamento na gestão como: a contratação de funcionários; o investimento em tecnologia da informação e comunicação, identificar as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades. O setor público precisa dar respostas aos stakeholders sobre as ações realizadas. A transparência é um fator cada vez mais valorizado pelos cidadãos e o mundo corporativo.

Controle da Administração Pública

O Controle da Administração Pública envolve um conjunto de mecanismos que permitem a vigilância, a orientação e a correção da atuação administrativa quando ela se distancia das regras e dos princípios do ordenamento jurídico. Compreende o controle externo, efetivado, via de regra, por outros Poderes, seja ele o Legislativo, que também tem a atribuição típica de fiscalizar (além de criar leis), o Executivo, nos casos e limites permitidos pelas normas constitucionais, seja o Judiciário, que não pode se furtar de julgar casos de violação ou ameaça de lesão a direito, conforme art. 5o, XXX, da Constituição; e o controle interno, que pode ser feito de ofício pelo poder de autotutela administrativa, que se relaciona com a fiscalização e a revisão dos próprios atos, ou de forma provocada, por meio de petições ou recursos dos administrados em geral, sendo, via de regra, no âmbito da hierarquia. Assim, o controle da Administração Pública, quanto ao órgão que o executa, classifica-se em: administrativo, quando é efetuado pela própria Administração Pública; legislativo, que é o exercitável pelo Poder Legislativo, auxiliado pelo Tribunal de Contas, nos casos e limites previstos na Constituição Federal; e judicial, levado a efeito apenas pela via judicial adequada, sendo que o Poder Judiciário é inerte.

Compliance na Gestão Pública

Esta disciplina evidenciará a importância do compliance na Administração Pública, baseado nos princípios de governança e na legislação vigente.

Economia Digital

A Economia digital refere-se a uma economia baseada em tecnologias de computação digital. A economia digital também é às vezes chamada de Economia da Internet, Nova Economia ou Economia da Web. Cada vez mais, a "economia digital" está entrelaçada com a economia tradicional, dificultando um delineamento claro. Na Economia Digital, as redes digitais e as infraestruturas de comunicação fornecem uma plataforma global sobre a qual pessoas e organizações desenvolvem estratégias, interagem, comunicam, colaboram e buscam informações. A Economia Digital foi definida como o ramo da economia que estuda os bens intangíveis de custo marginal zero na rede.

Cidades Inteligentes

O conceito de Cidades Inteligentes promove, por meio da Tecnologia da Informação e comunicação (TIC), inteligência para intervenções urbanas, buscando a evolução do espaço e o desenvolvimento urbano em todas as dimensões relacionadas à qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico, social e a eficiência dos serviços públicos, colocando a pessoa no centro da discussão em busca da melhoria constante na experiência do usuário/cidadão, tornando a cidade mais sustentável, humana, inovadora e inteligente, servindo as pessoas que nela vivem.